

Presentes:

Membros do Conselho:

Tatiana Marin – Coresan Apucarana; Janaiara Moreira Seold Berbel – Coresan Campo Mourão; Judite Bartzike – Coresan Cascavel; Selfa Barbosa Vilela – Coresan Cianorte; Celio da Sila Correia – Coresan Cornélio Procópio; Tammy Rafaelle Kochanny – Coresan Curitiba; Ivori Aldomar Weide – Coresan Francisco Beltrão; Patricia Chiconatto – Coresan Guarapuava; Juliano Fortunato – Coresan Jacarezinho; Kelly Franco de Lima – Coresan Londrina; Marilze Brandão de Assis – Coresan Maringá; Roseli Pittner – Coresan Pitanga; Adalberto Sabino – Coresan Paranavaí; Maria Isabel Corrêa – Coresan Ponta Grossa; Éder Silva Cordeiro – Coresan Umuarama; Marcelo Stelmach – Coresan União da Vitória; Marcia Cristina Stolarski – Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento; Rosângela Mara Slomski Oliveira – Fundepar; – Adriane Leandro – Secretaria de Estado da Saúde; Daniele Martin Sandri – IDR-PR; Daisy Mara Jayme Maia – Sanepar; Afonso Takao Murata – Universidade Federal do Paraná; Jaqueline Gomides – CEASA.

Outros Participantes:

Rubens Ernesto Niederheitmann – SEAB; Andrea Bruginsk – FUNDEPAR; André Luis Alves Miguel – IDR-Paraná; Ursula C. Zanon – CEAE-PR; Jean Petris – Universidade Federal do Paraná. Cristina Klobukoski – SESA; Ana Carolina Brolo de Almeida – MPPR; Ana Mirian Araujo Kriek – IDR-Emater; Talita Kutz – Coresan Francisco Beltrão.

Justificativa de Ausências: nenhuma justificativa oficial registrada.

Pauta:

1. Abertura;
2. Aprovação de pauta e ata;
3. Merenda Escolar Orgânica 2030 - Rubens Ernesto Niederheitmann/Diretor Técnico SEAB; André Luis Alves Miguel/Coordenador Estadual de Agroecologia/IDR-Paraná; Ursula C. Zanon/Presidente do CEAE-PR;
4. Circuitos curtos de comercialização de alimentos. A experiência italiana – Mateus Devides Marcotti/UFPR;
5. Informes DESAN/SEAB;
6. Encerramento.

Memória: Dando início à reunião, a presidente Roseli Pittner dá boas-vindas aos presentes e encaminha a aprovação da pauta e da ata referente à reunião anterior. Na sequência, os convidados Rubens Ernesto Niederheitmann, Diretor Técnico da SEAB, André Luis Alves, Coordenador Estadual de Agroecologia do IDR-Paraná e Ursula C. Zanon, Presidente do CEAE-PR, são apresentados e dão início à pauta sobre a Merenda Escolar Orgânica 2030. O Sr. Rubens explana,

primeiramente, que a alimentação escolar 100% orgânica depende fundamentalmente do volume de produção e destaca quais ações e políticas a SEAB tem trabalhado para cumprir com a meta. Contextualizando a situação da agricultura paranaense, ele relata que há 4 diretrizes principais de atuação da SEAB e ações relacionadas a produção orgânica, a saber: 1) Competitividade e Renda; 2) Inclusão Produtiva da Agricultura Familiar; 3) Produção Sustentável e 4) Segurança Alimentar e Nutricional e Qualidade de Vida no Meio Rural. Além disso, o Diretor Rubens destaca algumas ações estratégicas vinculadas às diretrizes que estão relacionadas diretamente à produção de alimentos orgânicos. Da segunda diretriz, Inclusão Produtiva da Agricultura Familiar, 3 ações estratégicas são destacadas: o fortalecimento de agroindústrias familiares e da produção orgânica; a ampliação de alimentos diferenciados com certificação orgânica e agroecológica e o aumento da renda utilizando os programas públicos como PNAE e PAA. Da terceira diretriz, Produção Sustentável, a ação destacada foi a de ampliação de ações em produções de orgânicos, apoiando a transição do convencional para o orgânico. Da quarta e última diretriz, Segurança Alimentar e Nutricional e Qualidade de Vida no Meio Rural, a ação que visa ampliar a participação da produção orgânica na merenda foi destacada. Em seguida, o Diretor Rubens faz uma breve explanação sobre o Programa Produção Orgânica do Paraná. De acordo com ele, o programa possui como foco a retomada das ações na produção de produtos orgânicos e agroecológicos, visando o aumento no número de produtores e da produção. O Programa possui 6 eixos prioritários de atuação, sendo eles: 1) assistência técnica e extensão rural; 2) pesquisa e inovação; 3) estímulo à produção; 4) certificação; 5) logística e comercialização e 6) comunicação. Outros pontos destacados do Programa são as estratégias voltadas à integração do setor público e privado, fortalecimento da pesquisa com orgânicos e agroecológicos, canalização de recursos de políticas e programas já existentes e estabelecimento de grupo técnico e atuante com participação do setor público e privado e sociedade civil organizada. Outro programa mencionado pelo Diretor foi o Programa Estadual de Alimentação Escolar, cuja meta é atingir 100% da merenda escolar orgânica até o ano de 2030. As ações desse programa estão voltadas à produção, pois atualmente o alimento produzido não é suficiente para atender a demanda que será necessária para os próximos anos. Além disso, o Diretor menciona a Resolução conjunta SEED/SEAB que institui o Comitê Gestor do programa de incentivo à produção orgânica do Paraná, iniciada em 2019, mas que ficou parada durante o início da pandemia. Agora, de acordo com Rubens, para a Resolução ser emitida é preciso ajustá-la ao Decreto Estadual 7.300/21 que, entre outras questões, solicita a manifestação dos órgãos envolvidos no Conselho e a confirmação dos nomes indicados. Sobre essa Resolução, por fim, Rubens relata que ela será emitida dia 20 de outubro deste ano. Por fim, Rubens explana rapidamente sobre outros programas que estimulam a produção orgânica no Paraná: o Programa Compra Direta, Programa Coopera Paraná e o Programa Banco do Agricultor. Para encerrar, Rubens também relata que o IDR lançará um programa específico voltado à juventude rural nos próximos dias. Em seguida, André Luis Alves, Coordenador Estadual de agroecologia do IDR-Paraná, dá início a sua apresentação. O Coordenador começa por informar que o Estado do Paraná é um dos pioneiros na agricultura orgânica no país e que possui uma belíssima trajetória construída com diversos atores, iniciativas envolvendo os estudantes, consumidores, o poder público, ONGs, grandes empresas como a Itaipu e diversas secretarias do Governo. André relembra que o IDR-Paraná é uma fusão de quatro empresas do Governo do Estado do Paraná: IAPAR, EMATER, CODAPAR e CPRA e relata que o IDR-PR tem institucionalizado uma Gerência Estadual de Agroecologia, que era ocupada pelo Márcio Miranda, além de Coordenações Estaduais de Agroecologia de Pesquisa e Extensão. Sobre os problemas ocorridos em decorrência da pandemia de Covid-19, André relata que o Ministério da Agricultura colocou uma série de limitações, visando as questões sanitárias, nos processos de certificação e que por conta disso houve uma perda de quase

20% dos agricultores orgânicos certificados no ano de 2020. Na sequência, André mostra uma visão panorâmica sobre todas as ações realizadas em 2020. Ele relata que houve capacitações online no primeiro semestre do ano, dada as condições sanitárias do Estado: uma capacitação sobre a produção de Grãos Orgânicos, que contou com a participação de 70 técnicos do IDR, ultrapassando 300 horas e disponível no canal do Youtube; um curso de plantio direto de hortaliças, considerado o melhor sistema para trilhar o processo de transição agroecológica e de conversão das propriedades dentro da olericultura; e uma grande capacitação básica em agroecologia reunindo os principais nomes da agroecologia para discutir os temas fundamentais com o público geral. Em seguida, o Coordenador André relata que por conta da falta de capacitação em agroecologia nas universidades, os novos técnicos não vêm preparados para trabalhar com agricultura orgânica, então se fez necessário elaborar estratégias para capacitar conjuntamente os técnicos e os agricultores e agricultoras. Uma metodologia utilizada para enfrentar esse desafio é chamada de Treino e Visita, modalidade clássica de extensão em que os técnicos vão à campo para executar passo a passo as atividades propostas em um roteiro sistematizado para o desenvolvimento da cultura. No ciclo do ano de 2020/2021 dessas atividades foram envolvidos 50 novos técnicos e 79 novas unidades foram implantadas. Essas atividades tiveram início em setembro de 2020 e encerraram em fevereiro de 2021 de forma híbrida. André menciona ainda que nos últimos dois anos não houve um avanço significativo por conta das dificuldades já mencionadas sobre a paralização dos processos de certificação e que um ator considerado fundamental para avançar nesses processos é a Rede Ecovida, rede responsável por 60% das famílias envolvidas com produção orgânica no sul do país. Dito isso, André comenta que estão buscando uma aproximação de relações para ver como potencializar o trabalho da Rede Ecovida dentro do Estado do Paraná e que os trabalhos realizados nos dois anos de pandemia resultaram em: capacitação de 420 técnicos, de forma virtual em curso de Agroecologia e SPDH (Sistema de Plantio Direto de Hortaliças); e 104 novos técnicos do IDR- Paraná capacitados em treino visita de tomate orgânico e SPDH e que implantaram 169 novas unidades de referência nos projetos de olericultura e mandioca. Com relação às metas previstas no Programa de Agricultura Orgânica, André relata que boa parte delas estão sendo cumpridas, mesmo com as limitações impostas pelo cenário pandêmico e que há uma expectativa de contratar a ATER privada para complementar o trabalho da ATER pública, uma vez que o IDR-PR de forma alguma vai ser capaz de vencer esses desafios. Por fim, André relata que para além dos mercados institucionais, as organizações poderão atuar dentro do CEASA Paraná, visto que a integração com outros mercados é fundamental. Com relação à pesquisa e inovação, André relembra que havia 2 estações de pesquisa que trabalhavam com produção orgânica: o CPRA e a Estação da Lapa do antigo IAPAR que tinha o foco no vale da ribeira. Na sequência, a convidada Ursula C. Zanon faz o uso da fala, relatando que assumiu a presidência do Conselho Estadual de Alimentação Escolar nesse ano e destaca que em junho foi realizada a primeira reunião com a nova gestão, portanto como há muitos temas a serem debatidos, não abordaram ainda o tema da alimentação orgânica. Ela informa que o CEAE não possui um plano específico da alimentação escolar orgânica, pois, de acordo com o entendimento da instituição, a responsabilidade de elaboração desse plano é do Departamento de Nutrição e Alimentação da FUNDEPAR, e que cabe a CEAE a competência de fiscalizar a elaboração do plano, bem como outras ações a serem desenvolvidas no âmbito do PNAE. Em seguida, Ursula passa a palavra à nutricionista do DNA da FUNDEPAR Andrea Bruginski. A nutricionista Andrea relata que toda a agricultura familiar é adquirida por meio de chamadas públicas e que existem dois grandes fatores limitantes nesse processo: o primeiro é que o único recurso permitido para ser utilizado para a compra dos produtos é o recurso federal, pois a PGE não autoriza o uso de dinheiro Estadual; o outro fator limitante é o critério de seleção definido pela legislação, pois o primeiro critério de seleção é o local, o segundo é

ter a característica de cooperativa representante de assentamento e comunidades tradicionais, e é apenas em terceiro critério de prioridade que vem os produtos orgânicos. Sobre a aquisição da agricultura familiar, Andrea relata que foram adquiridos 19 grupos de alimentos, totalizando 101 itens e que desde 2018 a destinação do recurso Federal atinge 100%. Em seguida, ela exibe os gráficos da evolução de aquisição dos alimentos dos últimos 10 anos e o índice de participação dos orgânicos nas aquisições anuais, este último apresentando um aumento de apenas 1% ao ano, fechando 2021 com participação de 9%. De acordo com ela, em termos gerais, há uma aquisição menor devido a limitação orçamentária, pois desde 2017 o recurso federal é o mesmo, mas os preços dos produtos obviamente subiram. Outro tópico abordado pela nutricionista foi a resolução nº 006/2020 que implantou novas regras para o FNDE: 1) a exigência do aumento de frutas, tanto em quantidade quanto em frequência, agora passando a ser obrigatória a oferta desse tipo de alimento em 2 dias da semana para o ensino regular e em 4 dias no ensino integral; sobre isso, Andrea menciona que estão enfrentando uma situação difícil em relação a diversidade das frutas, visto que 70% das frutas entregues são bananas e cítricos, o que força uma nova tendência, a partir de agora, de adquirir frutas por meio de pregão eletrônico; 2) a exigência do aumento de hortaliças, passando a ser obrigatória a oferta desse tipo de alimento em 3 dias na semana e 5 dias no ensino integral; sobre isso ela relata que o desafio é na questão do frescor das hortaliças, tendo em vista que a entrega desses alimentos ocorre uma vez por semana; 3) a exigência do aumento de carnes, passando a ser obrigatória a oferta desse tipo de alimento em 4 vezes na semana, até então era ofertado apenas 1 vez na semana; sobre isso Andrea relata que cada oferta de carne semanal exige dos cofres públicos cerca de 60 milhões de reais, então, para conseguir ampliar a oferta de carne, será necessário duplicar os recursos atualmente disponibilizados. A partir de um gráfico explicitando a previsão da participação dos orgânicos nas aquisições para atingir 100% de orgânico em 2030, Andrea relata que a meta seria atingir, em 2021, 20%, em 2024, 40%, em 2027 até 70% e em 2030, 100%. Para ultrapassar os 20% previstos na meta para 2021, seria possível comprar arroz orgânico do Rio Grande do Sul, mas isso implicaria deixar de comprar produtos no Paraná, algo que não é ideal. Ao término de sua apresentação, Andrea lista quais são os principais desafios a serem enfrentados pelo PNAE e pelo Governo para o cumprir a meta de 2030: a agricultura familiar precisa aumentar a oferta proporcionalmente ao aumento do recurso total; descobrir como priorizar os produtos orgânicos sem descumprir a Normativa Federal do PNAE; descobrir como priorizar também os alimentos em transição, pois, para isso, necessita-se de certificação e legislação; descobrir como perseguir a meta independentemente da origem do produto, isto é, comprar de outros Estados para cumprir a meta; há, entre a Lei Estadual nº 16.751/2010, a Minuta do GTI de 2018 e o Decreto nº 4.211/2020, uma diferença que implica a inexistência de uma data limite para atingir os 100% de orgânico na merenda escolar; por fim, o desafio mais importante é receber recurso suficiente para cumprir a nova normativa e as metas orgânicas mencionadas anteriormente, bem como os programas Mais Merenda, Mais Aprendizagem, Colégios Cívico-Militares e o Novo Ensino Médio. Sobre o último desafio, Andrea relata que a estimativa é de receber, em 2022, o valor de 137 milhões de reais em recursos, no entanto, para atingir as novas metas, seria necessário, para este ano, o valor de 500 milhões de reais, um montante 3,6 vezes maior. Em seguida, a Presidente Roseli, abrindo o espaço para as questões, questiona ao Rubens quem são as pessoas e entidades que participam do Comitê Gestor e se o CEAE participará também. Ao André, ela questiona se há uma quantidade suficiente de entidades e órgãos certificadores no Paraná para atender a demanda do 100% orgânico. Para Andrea, ela questiona se há condições de a agricultura familiar atender a demanda com produtos comprados apenas do Paraná, e questiona também o que deve ser feito para atingir essa capacidade se não for possível atender essa demanda. O conselheiro Adalberto Sabino, voltando-se ao André e ao Rubens, questiona quais são as

dificuldades que estão sendo enfrentadas no noroeste do Estado do Paraná no desenvolvimento da agricultura orgânica e o que deve ser feito para melhorar esse cenário. A conselheira Maria Isabel questiona se há uma estatística de quantidade de agricultores familiares certificados atualmente e quais são as expectativas de ampliação desse número. Em resposta, Rubens esclarece que foram indicadas as seguintes instituições para compor o Comitê Gestor: Secretaria de Estado de Educação e Esporte, Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Secretaria da Saúde, Tecpar, FUNDEPAR e IDR; com relação à participação formal do CEAE ou de outras organizações, Rubens relata que será necessário alterar o Decreto 4.211 de março de 2020. Rubens, por fim, relata que a região noroeste do Estado possui uma baixa adesão dos produtores, por não ser uma região muito tradicional, como são as regiões sul e central do Estado. Na sequência, André comenta que o entendimento do Ministério Público é o seguinte: o Grupo de Trabalho Interinstitucional, que propôs a minuta, teve como resultado a elaboração do Plano Progressivo de Introdução de Alimentos Orgânicos na Alimentação Escolar. Ele relata que esse plano existe e que foi protocolado com a Minuta de Decreto. O Decreto faz menção a esse Plano e atribui ao CONSEA a função de monitorar o Plano Progressivo de Introdução de Alimentos Orgânicos. Ainda segundo André, em resposta ao comentário de Andrea, o MP possui o entendimento de que as metas de 2030 são de fato válidas, pois elas constam no Plano. Em resposta a Roseli, André relata que a dificuldade está sendo em gerir um trabalho de ATER com apoio de entidades e ONGs para motivar os agricultores a partirem para a agricultura orgânica. Com relação à questão de Adalberto Sabino, André comenta que, no Noroeste do Estado, há uma conjunção de fatores econômicos, histórico-ambientais e estruturais que dificultam um pouco; isso, no entanto, não se caracteriza como impeditivo para o desenvolvimento do trabalho dos produtores familiares da região. Encerrando sua fala, André informa que havia uma estimativa realizada pelo GTI apontando que seriam necessários 10 mil agricultores orgânicos no Estado para dar conta do desafio. No entanto, com as grandes demandas de São Paulo por feijão e do mercado privado, por conta da pandemia, a meta deveria ser 15 mil. Em seguida, Ana Carolina do MP relata que o Centro de Apoio dos Direitos Humanos participou do GT de agroecologia e que o entendimento do Doutor Olympio em relação ao prazo de 2030 está estipulado, pois o Decreto fala que a introdução progressiva de alimento orgânico na alimentação escolar deve estar referenciada no plano, então o plano foi aprovado pelo GT e é o documento que o MP entende como válido e legítimo. Na sequência, em relação ao Comitê Gestor, Ana Carolina relata que o Decreto não previu a participação da sociedade civil no Comitê, todavia o Doutor Olympio propôs uma solução, a resolução que sairá pela SEED e SEAB poderá prever a participação de um representante da sociedade civil no CEDRAF. Sobre isso, após discussão dos membros do CONSEA, ficou acordado que o Conselheiro Ivori Aldomar fará a representação da sociedade civil no Comitê Gestor como membro do CEDRAF e do CONSEA. Na sequência, a conselheira Jaciara Reis, questiona qual seria o caminho para estimular e incentivar os municípios na produção de alimentos orgânicos e sugere realizar capacitações em agroecologia com os profissionais das Secretarias de Agricultura. A seguir, o conselheiro Ivori expõe as suas preocupações em relação ao pequeno agricultor, à assistência técnica e à falta de recursos. Ele relata que há muitos técnicos de qualidade, mas a burocracia dos programas estaduais tem dificultado o acesso das famílias à assistência. Sobre isso, Rubens relata que assistência técnica é uma atividade fundamental a todos os agricultores e agricultoras, pois, além do aspecto da produção, há a questão da sustentabilidade, do planejamento e da gestão da propriedade. Ele também informa que há estudos apontando que os produtores que receberam assistência técnica possuem retornos muito melhores em suas produções quando comparados aos produtores que não a receberam. Rubens comenta, em seguida, que a estrutura do IDR não é suficiente para realizar todas as funções de monitoramento da comunidade e do município, além de promover assistência técnica individual aos produtores, uma

vez que o IDR extensão possui um pequeno quadro de funcionários. Agregando à resposta de Rubens, André aponta que, no Paraná, há menos de 300 mil agricultores, e desses, 250 mil são agricultores vulneráveis. Na conta, ele explana, considerando o número total de técnicos e o número de agricultores vulneráveis, cada técnico precisaria assistir 360 agricultores do Estado, então a sobrecarga de trabalho é muito grande para operacionalizar todas as políticas públicas. Por fim, o Coordenador André ressalta que é necessário reforçar a importância do ATER em todas as instâncias possíveis, porque não há um único ator que conseguirá resolver todos os problemas e integrar todas as ações. Além disso, ele considera que os agricultores e agricultoras precisam se organizar em cooperativas e associações e essas precisam passar a se preocupar em formar equipes técnicas próprias para amenizar o problema da falta de assistência técnica individual. Na sequência, o Secretário Executivo Valdenir Veloso ressalta a necessidade de articular, sempre que possível, com o Governador e informa que enviou um ofício aos 3 Deputados Estaduais que marcaram presença nas reuniões deste ano. Nesse ofício, Valdenir explana que assinalou os pontos fundamentais a serem verificados pelos Deputados. O primeiro é a retomada da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar, para que a legislação seja discutida e que o assunto esteja em pauta na Assembleia. O segundo é sobre a criação de um Fundo Estadual de Segurança Alimentar nos moldes do Fundo na Sejuf de interesses difusos. O terceiro ponto é a destinação privilegiada dos recursos na LOA para a manutenção e ampliação de Programas como o Compra Direta e o Leite das Crianças. Dando continuidade à pauta, a Presidente Roseli agradece a presença dos convidados e convidadas e informa que, por conta do horário, não haverá tempo para discutir os circuitos curtos de comercialização de alimentos com Mateus Devides Marcotti da UFPR, e realoca essa pauta para a plenária de novembro. Em seguida, a Presidente Roseli passa a palavra à conselheira Márcia Cristina para que ela apresente os informes do DESAN. A conselheira, de início, relata que em setembro houve uma Comitativa de Rondônia que esteve conhecendo a experiência do DESAN e que vieram até aqui para descobrir como o SISAN avançou tanto no Paraná. Em decorrência disso, promoveu-se uma reunião com a Secretaria Executiva do CONSEA e foram realizadas visitas para conhecer os programas e projetos de segurança alimentar da Secretaria Municipal de Segurança Alimentar em Curitiba. Na sequência, Márcia relata que conseguiram fazer mais um aditivo para o Programa Leite das Crianças, possibilitando a continuação do Programa até junho de 2022. Outro ponto abordado pela Conselheira Márcia foi sobre o Programa Compra Direta, sobre isso ela informa que as entregas estão normais, mas que algumas entregas estão sendo reprogramadas devido a quantidade. Além disso, já estão trabalhando o Compra Direta 2022. Em seguida, o Secretário Executivo Valdenir comenta que pretendem lançar o Plano em uma live no dia 18 de outubro e que o horário ainda está para ser definido, pois o Secretário chegará de uma viagem do exterior no dia 17. Ele relata também que o evento de lançamento do Painel do SISAN – MP será no dia 20 de outubro, às 10 horas. Sobre as adesões ao SISAN, o Secretário informa que 12 novos municípios já estão com as documentações aptas para adesão, sendo eles: Rio Branco do Ivaí, Nova Esperança, Matelândia, Santa Isabel do Ivaí, Tamboara, Santo Antônio da Platina, Santa Mônica, Quedas do Iguaçu, Querência do Norte, Inajá, Pinhão e Araucária. Além desses municípios, ele relata que há outros municípios com documentação já protocolada, mas que requerem análise e que com esses novos municípios, o número total de adesões ultrapassa 170, número próximo da meta de 2021 de completar 200 adesões no Estado. Por fim, Valdenir relata que fará visitas em vários municípios para discutir a adesão diretamente com os prefeitos. A Presidente Roseli, em seguida, relembra aos membros das Coresans para que façam uma reunião com os municípios a fim de discutir o trabalho desenvolvido em alusão ao Dia Mundial da Alimentação. O Secretário Executivo Valdenir sugere que sejam retomados os relatos das Coresans na reunião de novembro para ouvir das regionais o que foi feito no Dia Mundial da Alimentação. Finalizando os comentários sobre



Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do
Paraná

Ata da 7ª Reunião “Remota” Ordinária

Curitiba, 05 de outubro de 2021.



o Dia Mundial da Alimentação, a Conselheira Marcia relembra a SEED/FUNDEPAR sobre a importância de trabalhar esse dia com os alunos da rede estadual. Posteriormente, dando por encerrada a reunião, a presidente Roseli Pittner agradece a colaboração de todas e todos presentes e reitera sobre a Live de lançamento do Plano de Segurança Alimentar no dia 18 de outubro do corrente.

Subscreve a memória:

Valdenir B. Veloso NETO
Secretário Executivo CONSEA/PR
Agente Técnico Profissional SEAB